

A família, na expansão do cristianismo

“Os desafios da família no contexto da nova evangelização” é o mote que o Papa Francisco lançou ao convocar um Sínodo extraordinário de Bispos para 2014. Sem dúvida que a família é um âmbito essencial para a transmissão da fé. Foi-o já também no começo do cristianismo. Por isso, não é um despropósito dar uma vista de olhos pelo passado para ver como se desenvolviam as famílias cristãs no ambiente pagão dos primeiros séculos.

É evidente que entre o Império romano e a época atual há muitas diferenças no modo de conceber a família. Mas também existem curiosas similitudes quanto ao contexto em que se movimentavam as famílias cristãs. Então como agora – pelo menos na Europa –, os cristãos eram uma minoria. E embora frequentassem os mesmos ambientes que os pagãos, os cristãos atuavam de acordo com outros critérios no âmbito familiar.

A família em Roma

Do ponto de vista demográfico, o Império romano tinha uma natalidade insuficiente, que não assegurava a substituição da população, como acontece na Europa atual. Para contrariar uma alta mortalidade e os efeitos das epidemias, fazia falta uma natalidade elevada, que não se conseguiu. Daí que, para o Império não perder população, ter sido necessário abrir as portas a um importante fluxo de colonos bárbaros (os imigrantes de então).

O aborto, e também o infanticídio, eram algo normais e aceites, como meio de controlo de natalidade. Havia uma baixa estima pelo casamento. Muitas pessoas das classes abastadas fugiam do compromisso e preferiam continuar solteiras, ao ponto do imperador Augusto (63 a.C.-14 d.C) ter castigado com multas os casais que não tinham filhos e os homens com mais de vinte e cinco anos que permaneciam solteiros.

Na época de Cícero, o divórcio por mútuo acordo ou por decisão de um dos dois cônjuges era algo comum. Jerôme Carcopino, em “La vie quotidienne à Rome à l’apogée de l’Empire”, compara a situação do casamento e da mulher de classe alta nos heroicos tempos da República com o que ocorria no apogeu do Império no século I: “Na altura, a mulher estava submetida à estrita autoridade do seu amo e senhor; a partir de então é seu igual, compete com ele ou domina-o. Então vivia sob um regime jurídico de bens comuns; a partir daí vive quase exclusivamente sob o regime de completa separação de bens. Antes orgulhava-se da sua fecundidade; agora rejeita-a. Era fiel; agora é volúvel e depravada. Os divórcios eram muito escassos; agora sucedem-se com tanta frequência, que, segundo o poeta latino Marcial, se tinham convertido no melhor modo de praticar o adultério legal” (p. 137).

Cristãos com costumes próprios

Neste ambiente generalizado, teria sido fácil que os casais cristãos se ajustassem a estes costumes ou que, nos casamentos com pagãos, a parte cristã fosse arrastada para condutas incompatíveis com a fé. Mas ocorreu exatamente o contrário. Entre os cristãos, a família adquiriu um valor de “igreja doméstica”, que revalorizava o estatuto matrimonial e a procriação.

São Paulo expressa os costumes da época ao afirmar a primazia do homem no lar: “As casadas estão sujeitas a seus maridos como ao Senhor; isso porque o marido é cabeça da mulher, como Cristo é cabeça da Igreja, e salvador do seu corpo”. Mas dedica grande parte dos seus ensinamentos a exortar os homens a amarem as suas mulheres e a que ambos cumpram os deveres mútuos, sem exigir menos a ele do que a ela. “Vós, os maridos, amem as vossas mulheres como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela... Os maridos devem amar as mulheres como ao seu próprio corpo. O que ama a sua mulher, a si mesmo se ama” (Efésios, 5, 22).

Os cristãos exigiam a fidelidade matrimonial tanto aos homens como às mulheres e insistiam nas obrigações do esposo em relação à esposa, tanto como o inverso.

Uma fé que atraiu as mulheres

A simetria da relação entre marido e mulher ensinada por São Paulo constituía uma novidade absoluta relativamente à cultura pagã. O cristianismo reconhecia a mesma dignidade à mulher e ao homem, como filhos de Deus com o mesmo destino sobrenatural. A moral cristã, rejeitando a infidelidade matrimonial, a poligamia, o divórcio, o aborto e o infanticídio... fez elevar o estatuto da mulher e preservou a sua saúde.

Isto era tão inovador como atrativo. “Tanto às mulheres despreocupadas, como às de nobres exigências, o Evangelho traz-lhes um ar mais puro, um ideal”, escreve o historiador Adalbert Hamman em “La vie quotidienne des premiers chrétiens”. “Patrícias e plebeias, escravas e matronas ricas, mulheres jovens e prostitutas arrependidas, no Oriente como em Roma ou em Lyon, acorrem às fileiras das comunidades. As mulheres que têm fortuna mantêm as comunidades com as suas riquezas”.

Também Rodney Stark, professor de sociologia e religião comparada na Universidade de Washington, no seu livro “La expansión del cristianismo”, Editorial Trotta, Madrid, 2009, 219 págs., mostra que “o cristianismo era extraordinariamente atrativo para as mulheres pagãs, porque na subcultura cristã, a mulher desfrutava de um estatuto muito superior ao que lhe dava o mundo greco-romano em geral”.

Casamentos com pagãos

As fontes antigas e os historiadores modernos concordam em que as conversões ao cristianismo prevaleceram, em grande parte, entre as mulheres, antes de isso acontecer entre os homens. Stark, como sociólogo que é, distingue entre conversos primários, que aderem à Igreja de forma ativa depois de adquirirem uma avaliação positiva da fé, e os conversos secundários, que abraçam a fé a partir dos seus laços pessoais com um converso primário.

Assim, o historiador britânico Henry Chadwick assinala em “The Early Church”, que “em primeira instância, [o cristianismo] penetrava muitas vezes nas classes abastadas da sociedade através das esposas”, enquanto que os seus maridos foram frequentemente conversos secundários. Embora também ocorresse, como se vê nos Atos dos Apóstolos, que, quando o pai de família se tornava cristão, todos os membros da família, incluindo os servos, se convertiam também.

Nas comunidades cristãs havia um excesso de mulheres em idade de casar, enquanto que entre os pagãos havia uma escassez relativa de mulheres, em consequência do aborto e infanticídio de meninas. Daí que o casamento misto, sobretudo de mulher cristã com marido pagão, fosse uma situação frequente ao longo dos primeiros séculos em todas as classes

sociais. Tanto São Pedro como São Paulo o admitiram, e viram aí um modo de os maridos “serem ganhos sem palavras pelo comportamento das suas mulheres” (1 Pedro 3, 12).

A presença da mulher

A situação da mulher entre os primeiros cristãos também tem algo a dizer sobre a função da mulher na Igreja atual. Tanto então como agora, havia nas comunidades cristãs mais mulheres do que homens e, muitas vezes, as mulheres precederam os seus maridos na entrada para a Igreja. Os autores discutem sobre os postos de direção que a mulher ocupou nas comunidades cristãs, mas é evidente que não receberam o sacerdócio nem fizeram parte da Hierarquia. Todavia, a sua contribuição foi decisiva para difundir a fé.

Hoje em dia toda a gente está de acordo – a começar pelo papa Francisco – que a Igreja necessita de contar mais com a participação das mulheres. Mas com frequência isto é focalizado em temas como o sacerdócio feminino ou a incorporação em tarefas de organismos eclesiais. É verdade que a presença de mulheres em estruturas da Igreja enriquece as perspetivas e traz novas energias. Mas, muito menos é o mais decisivo para a nova evangelização. Basta observar diversas confissões protestantes cheias de pastoras e com templos vazios.

O campo de trabalho da nova evangelização é a sociedade. E é aí, no mundo laboral, na comunicação, na moda, na política, no ensino, na família... que o contributo das mulheres cristãs é insubstituível. Hoje, a influência social da mulher pode chegar mais longe do que no mundo romano, precisamente porque está presente em todos os âmbitos, tal como o homem.

Mas, diversamente da situação dos primeiros séculos, os casamentos cristãos de hoje necessitam de reinventar um modelo de lar onde o marido e a mulher possam compatibilizar trabalho e família, procurando em cada caso qual é a fórmula mais adequada para atender as responsabilidades profissionais e domésticas. Do modo como o conseguirem, dependerá também em grande parte a sua fecundidade.

Famílias fecundas

No mundo greco-romano, as famílias cristãs tiveram uma taxa de fertilidade superior à dos pagãos, tanto pela recusa do aborto e do infanticídio como pela sua própria conceção do casamento. A expansão do cristianismo depende também hoje da fecundidade das famílias cristãs. E, se a substituição das gerações exige uma taxa de fertilidade de, pelo menos, 2,1 filhos por mulher – a média europeia é de 1,6 –, o crescimento do cristianismo exigirá algo mais do que essa substituição.

Hoje, do total dos católicos, 350 milhões vivem na Europa e na América do Norte, enquanto que 750 milhões estão na América Latina, África e Ásia. E o crescimento demográfico é a principal causa do aumento de católicos. Não é por acaso que a Igreja tem um crescimento pujante em África e na Ásia, onde o aumento dos católicos ultrapassa o crescimento demográfico. Pelo contrário, na América Latina a percentagem de católicos em relação à população total baixou, nos EUA aumentou, em grande parte devido à imigração, e, na Europa, o declínio religioso tem sido paralelo ao demográfico.

Nestas condições, a atitude mais contraproducente para a expansão do catolicismo seria aceitar a mentalidade anticoncepcional que predomina na sociedade e que atinge, igualmente, os casamentos católicos. Na época em que foi publicada a encíclica “*Humanae Vitae*”, a Igreja católica foi acusada de ignorar o problema do superpovoamento. Mas hoje o “inverno demográfico” que se instaurou nas regiões onde a contraceção e o aborto se impuseram mais – com as suas sequelas de envelhecimento da população, ameaça para as pensões, escassez de trabalhadores –, revela que a doutrina católica favorece também o dinamismo demográfico que faz falta.

Esta inversão demográfica do catolicismo do Norte para o Sul implica também uma mudança de perspetivas e de prioridades. Os cristãos do Sul – tanto católicos como protestantes – são muito mais tradicionais em temas como a família, a homossexualidade ou o aborto, e podem alegar a seu favor que as coisas lhes estão a correr bem. Daí que – à margem do problema da verdade – não teria sentido prático fazer adequar a doutrina e a pastoral a fragilidades familiares do Norte, onde mais necessário é um revulsivo.

Dir-se-á que, no mundo ocidental, as mulheres católicas não se distinguem muito das outras quanto ao uso de anticoncepcionais. Mas, além do facto de que entre as católicas praticantes existem diferenças, a nova evangelização exigiria que a Igreja explicasse melhor a sua doutrina e desse a conhecer esses métodos tão desconhecidos de regulação natural da natalidade, alternativa a uma contraceção química que continua a provocar efeitos adversos para a saúde das mulheres.

Redes abertas

A necessidade de reafirmar a identidade católica para uma nova evangelização, não significa que as famílias cristãs tenham de se movimentar em círculos fechados com uma mentalidade defensiva para não se desvirtuarem. Pelo contrário. Se algo ensina a experiência dos primeiros cristãos, é que souberam manter redes abertas na vida social, e que isto foi a chave da sua expansão.

Como escreve Stark: “A base para os movimentos triunfantes de conversão é o crescimento através de redes sociais, por

meio de uma estrutura de laços interpessoais diretos e íntimos. A maioria dos novos movimentos religiosos é um fracasso, porque muito rapidamente os mesmos se transformam em redes fechadas ou semifechadas. Ou seja, não continuam a criar e sustentar vínculos interpessoais com os estranhos à sua fé, pelo que perdem a sua capacidade de crescer”. Pelo contrário, aquilo que sabemos dos primeiros cristãos, é que se mantiveram como redes abertas, incorporando novos conversos através de casamentos mistos e participando na vida social lado a lado com os outros cidadãos, em tudo o que não era incompatível com a sua fé.

Mas, para atrair outros, primeiro tem de se estar convencido de que se tem o melhor. Daí que, a nova evangelização começa por reafirmar a identidade dos católicos para que sejam fermento na massa, e não mais um bocado de massa.

I. A.

Medicina preventiva

A experiência do cristianismo dos primeiros séculos pode sugerir algumas diretrizes para a nova evangelização a partir das famílias cristãs atuais. Em primeiro lugar, é evidente que o que contribuiu para a expansão do cristianismo não foi acomodar a sua conceção do casamento e da família ao que era habitual então, mas, pelo contrário, ir em contracorrente.

Também hoje em dia a fé será mais atrativa se for encarnada em homens e mulheres que vivem o casamento com a ideia de que é o seu caminho para alcançar a plenitude da vida cristã, tal como propôs o Vaticano II. Um ideal elevado e exigente, mas também atrativo para os que desejam que o casamento não se reduza a uma experiência “para ver se isto funciona”, com a saída fácil do divórcio-expresso.

Os primeiros cristãos sabiam que nem ele nem ela podiam romper o vínculo matrimonial: “Aos casados ordeno-lhes, não eu mas o Senhor”, dizia São Paulo, “que a mulher não se separe do marido, e no caso de se separar, que permaneça sem se casar ou que se reconcilie com o seu marido; e que o marido não rejeite a sua mulher” (1 Coríntios, 7, 10-11). Certamente, isto exigirá uma preparação para o casamento muito mais sólida do que a atual, precisamente porque o contexto cultural de hoje não ajuda a compreender traços básicos do casamento cristão como a indissolubilidade, a fidelidade e a abertura à vida. Como também será conveniente que as famílias jovens cristãs encontrem um apoio em comunidades paroquiais e várias instituições que as ajudem a superar momentos de crise. Ou seja, medicina preventiva.

Caso contrário, corre-se o risco de centrar a atenção pastoral em situações onde já aconteceu algum descalabro: casais que convivem sem contraírem matrimónio, divorciados que voltaram a casar, possíveis matrimónios nulos... Não há

dúvida de que também estes necessitam de uma atenção pastoral, mas mesmo eles têm de

poder rever-se em famílias onde o ideal cristão do casamento seja uma realidade vivida. O que faz pouco sentido é que se considerem progressistas propostas de mudança que levariam a uma espécie de “divórcio para católicos”, quando o autêntico avanço exige fortalecer os casais para que vivam com autenticidade o seu compromisso.

Se o caso dos divorciados que voltaram a casar é hoje um problema, o modo mais eficaz de o abordar é procurar evitar que os casados se divorciem. E se agora parece tão importante que os divorciados possam participar na penitência e na eucaristia, razão de sobra para insistir na vida sacramental dos casados, o que contribuirá para reforçar o seu compromisso.